

Texto compilado a partir da redação dada pelo [Provimento n. 83/2019](#) e pelo [Provimento n. 149/2023](#).

PROVIMENTO N. 63, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos ofícios de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro “A” e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida.

O CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições, legais e regimentais e

CONSIDERANDO o poder de fiscalização e de normatização do Poder Judiciário dos atos praticados por seus órgãos ([art. 103-B, § 4º, I, II e III, da Constituição Federal de 1988](#));

CONSIDERANDO a competência do Poder Judiciário de fiscalizar os serviços notariais e de registro ([arts. 103-B, § 4º, I e III, e 236, § 1º, da Constituição Federal](#));

CONSIDERANDO a competência da Corregedoria Nacional de Justiça de regulamentar a padronização das certidões de nascimento, casamento, óbito e certidão de inteiro teor ([art. 19, caput, da Lei de Registros Públicos](#));

CONSIDERANDO a existência de convênio firmado entre a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN-Brasil) e a Receita Federal do Brasil (RFB) que viabiliza a integração da Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC) com o banco de dados da RFB;

CONSIDERANDO a gratuidade da incorporação do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) aos documentos de identidade civil da União, dos Estados e do Distrito Federal e, mediante essa integração de dados, a possibilidade de verificação do cumprimento dos requisitos de elegibilidade para concessão e manutenção dos benefícios sociais pelo órgão concedente ([art. 9º da Lei n. 13.444, de 11 de maio de 2017](#));

CONSIDERANDO a possibilidade de a naturalidade do cidadão corresponder à do município em que ocorreu o nascimento ou à do município de residência da mãe do registrando, desde que localizado em território nacional, cabendo a

opção ao declarante no ato de registro de nascimento ([art. 1º da Lei n. 13.484, de 26 de setembro de 2017](#));

CONSIDERANDO a possibilidade, no caso de adoção iniciada antes do registro de nascimento, de o declarante optar pela naturalidade do município de residência do adotante na data do registro;

CONSIDERANDO a necessidade de constar no assento de casamento a naturalidade dos cônjuges ([art. 1º da Lei n. 13.484/2017](#));

CONSIDERANDO a importância da integração de dados para aumentar a confiabilidade da documentação e diminuir as possibilidades de fraudes no país, além de contemplar as fontes primárias de todo e qualquer cidadão concernentes ao nascimento, casamento e óbito, que compõem a base de dados da CRC;

CONSIDERANDO o eventual interesse de pessoa física de solicitar, quando da expedição de nascimento atualizada, a averbação de outros documentos, de forma a facilitar seu acesso a programas sociais e reunir informações em documento único;

CONSIDERANDO o sistema de registro eletrônico, que facilita a interoperabilidade de dados ([arts. 37 e seguintes da Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009](#));

CONSIDERANDO o direito do adotado de acesso irrestrito a todos os procedimentos e incidentes da adoção ([art. 48 do Estatuto da Criança e do Adolescente](#));

CONSIDERANDO a existência de regulamentação pelas corregedorias-gerais de justiça dos Estados do reconhecimento voluntário de paternidade e maternidade socioafetiva perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais;

CONSIDERANDO a conveniência de edição de normas básicas e uniformes para a realização do registro ou averbação, visando conferir segurança jurídica à paternidade ou à maternidade socioafetiva estabelecida, inclusive no que diz respeito a aspectos sucessórios e patrimoniais;

CONSIDERANDO a ampla aceitação doutrinária e jurisprudencial da paternidade e maternidade socioafetiva, contemplando os princípios da afetividade e da dignidade da pessoa humana como fundamento da filiação civil;

CONSIDERANDO a possibilidade de o parentesco resultar de outra origem que não a consanguinidade e o reconhecimento dos mesmos direitos e qualificações aos filhos, havidos ou não da relação de casamento ou por adoção, proibida toda designação discriminatória relativa à filiação ([arts. 1.539 e 1.596 do Código Civil](#));

CONSIDERANDO a possibilidade de reconhecimento voluntário da paternidade perante o oficial de registro civil das pessoas naturais e, ante o princípio da igualdade jurídica e de filiação, de reconhecimento voluntário da paternidade ou maternidade socioafetiva;

CONSIDERANDO a necessidade de averbação, em registro público, dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação ([art. 10, II, do Código Civil](#));

CONSIDERANDO o fato de que a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios (Supremo Tribunal Federal – RE n. 898.060/SC);

CONSIDERANDO o previsto no [art. 227, § 6º, da Constituição Federal](#) e no [art. 1.609 do Código Civil](#);

CONSIDERANDO as disposições do [Provimento CN-CNJ n. 13, de 3 de setembro de 2010](#), bem como da [Resolução CNJ n. 175, de 14 de maio de 2013](#);

CONSIDERANDO o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família, com eficácia *erga omnes* e efeito vinculante para toda a administração pública e demais órgãos do Poder Judiciário (Supremo Tribunal Federal, ADPF n. 132/RJ e ADI n. 4.277/DF);

CONSIDERANDO a garantia do direito ao casamento civil às pessoas do mesmo sexo (Superior Tribunal de Justiça, REsp n. 1.183.378/RS);

CONSIDERANDO as normas éticas para uso de técnicas de reprodução assistida, tornando-as dispositivo deontológico a ser seguido por todos os médicos brasileiros (Resolução CFM n. 2.121, DOU de 24 de setembro de 2015);

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização, em todo o território nacional, do registro de nascimento e da emissão da respectiva certidão para filhos havidos por técnica de reprodução assistida de casais homoafetivos e heteroafetivos;

CONSIDERANDO a competência da Corregedoria Nacional de Justiça de expedir provimentos e outros atos normativos destinados ao aperfeiçoamento das atividades dos serviços notariais e de registro ([art. 8º, X, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça](#));

CONSIDERANDO as sugestões encaminhadas à Corregedoria Nacional de Justiça, bem como as decisões proferidas nos autos dos Pedidos de Providência n. 0006194-84.2016.2.00.0000, 0002653-77.2015.2.00.0000, 00003764-28.2017.2.00.0000 e 0005066-92.2017.2.00.0000, em trâmite no Conselho Nacional de Justiça,

RESOLVE:

Seção I

Das regras gerais

Art. 1º Os modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotados pelos órgãos de registro civil das pessoas naturais em todo o país, ficam instituídos na forma dos Anexos I, II e III deste provimento.

Art. 2º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 1º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 2º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

Art. 3º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 1º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 2º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

Art. 4º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

Art. 5º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

Art. 6º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 1º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 2º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 3º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 4º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 5º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

Art. 7º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

Art. 8º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

Art. 9º Os novos modelos deverão ser implementados até o dia 1º de janeiro de 2018 e não devem conter quadros preestabelecidos para o preenchimento dos nomes dos genitores e progenitores, bem como para anotações de cadastro que não estejam averbadas ou anotadas nos respectivos registros.

Parágrafo único. As certidões expedidas em modelo diverso até a data de implementação mencionada no *caput* deste artigo não precisarão ser substituídas e permanecerão válidas por prazo indeterminado.

Seção II

Da Paternidade Socioafetiva

Art. 10. (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 1º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 2º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 3º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 4º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

Art. 10-A. (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 1º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 2º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 3º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 4º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

Art. 11. (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 1º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 2º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 3º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 4º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 5º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 6º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 7º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 8º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 9º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

I – (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

II - (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

III – (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

Art. 12. (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

Art. 13. (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

Parágrafo único. (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

Art. 14. (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 1ª (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 2º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

Art. 15. (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

Seção III

Da Reprodução Assistida

Art. 16. (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 1º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 2º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

Art. 17. (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

I – (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

II – (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

III – (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 1º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 2º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 3º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

Art. 18. (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 1º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

§ 2º (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

Art. 19. (revogado pelo Provimento n. 149, de 30.8.2023)

Seção IV

Das Disposições Finais

Art. 20. Revogam-se os Provimentos CN-CNJ [n. 2 e 3, de 27 de abril de 2009](#), e [52, de 14 de março de 2016](#).

Art. 21. Este provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME

CPF

MATRÍCULA

9999999999 9999 9 9999 999 99999999 99

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

DIA

MÊS

ANO

HORA DE NASCIMENTO

NATURALIDADE

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

LOCAL, MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF

SEXO

FILIAÇÃO

AVÓS

GÊMEOS

NOME E MATRÍCULA DOS GÊMEOS

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO

NÚMERO DA DNV/DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCEER

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ORGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG				
PIS/NIS				
Passaporte				
Cartão Nacional de Saúde				

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	ZONA/SEÇÃO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor				
CEP Residencial			Grupo Sanguíneo	

* As anotações de cadastro acima não dispensam a parte interessada da apresentação do documento original, quando exigido pelo órgão solicitante ou quando necessário para identificação de seu portador.

NOME DO OFÍCIO
OFICIAL REGISTRADOR
MUNICÍPIO/UF
ENDEREÇO
TELEFONE
E-MAIL

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Data e Local:

Assinatura do Oficial



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOMES

CPF

CPF

MATRÍCULA

9999999999 9999 9 9999 999 99999999 99

Nomes completos de solteiro, datas de nascimento, naturalidade, nacionalidade e filiação dos cônjuges.

DATA DO REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)

DIA

MÊS

ANO

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCEER

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ORGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG				
PIS/NIS				
Passaporte				
Cartão Nacional de Saúde				

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	ZONA/SEÇÃO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor				
CEP Residencial			Grupo Sanguíneo	

* As anotações de cadastro acima não dispensam a parte interessada da apresentação do documento original, quando exigido pelo órgão solicitante ou quando necessário para identificação de seu portador.

NOME DO OFÍCIO

OFICIAL REGISTRADOR

MUNICÍPIO/UF

ENDEREÇO

TELEFONE

E-MAIL

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Data e Local:

Assinatura do Oficial



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME

CPF

MATRÍCULA

9999999999 9999 9 9999 999 99999999 99

SEXO ☐ COR ☐ ESTADO CIVIL E IDADE ☐

NATURALIDADE ☐ DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ☐ ELEITOR ☐

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA ☐

DATA E HORA DE FALECIMENTO ☐ DIA ☐ MÊS ☐ ANO ☐

LOCAL DE FALECIMENTO ☐

CAUSA DA MORTE ☐

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (município e cemitério, se conhecido) ☐ DECLARANTE ☐

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO ☐

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESER ☐

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG				
PIS/NIS				
Passaporte				
Cartão Nacional de Saúde				
TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	ZONA/SEÇÃO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor				
CEP Residencial			Grupo Sanguíneo	

* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo órgão solicitante.

NOME DO OFÍCIO
OFICIAL REGISTRADOR
MUNICÍPIO/UF
ENDEREÇO
TELEFONE
E-MAIL

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Data e Local:

Assinatura do Oficial



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO

NOME

MATRÍCULA

9999999999 9999 9 9999 999 99999999 99

DESCRIÇÃO

Área reservada para a descrição do registro, contendo uma grande área vazia para o texto e uma imagem circular decorativa no centro.

NOME DO OFÍCIO
OFICIAL REGISTRADOR
MUNICÍPIO/UF
ENDEREÇO
TELEFONE
E-MAIL

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Data e Local:

Assinatura do Oficial

TERMO DE RECONHECIMENTO DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA

Qualificação completa da pessoa que comparece espontaneamente para reconhecer o(a) filho(a) (nome completo, nacionalidade, naturalidade, data e local de nascimento, estado civil, profissão, RG, CPF, endereços, telefones, endereço eletrônico e filiação, com especificação dos nomes completos dos respectivos genitores, para constarem como avós do reconhecido): _____

Dados para identificação indubitosa do filho(a) reconhecido(a), em especial seu nome completo e indicação do Oficial de Registro de Pessoas Naturais em que realizado seu registro de nascimento, que poderá ser diverso daquele em que preenchido o presente termo (sem prejuízo de outros elementos que seja possível consignar, tais como nome da mãe, endereços desta e do filho(a), respectivos telefones, endereço eletrônico, identificação e localização de outros parentes etc.): _____

Declaração da pessoa que realiza o reconhecimento: **DECLARO**, sob as penas da lei, que:

1. a filiação socioafetiva ora afirmada é verdadeira e que **RECONHEÇO**, nos termos do Provimento nº --- do Conselho Nacional de Justiça, meu(minha) filho(a) **SOCIOAFETIVO** acima identificado(a);
2. o reconhecimento da filiação socioafetiva ou adoção não foi pleiteado em juízo;
3. não há vínculo de parentesco biológico na linha de ascendente ou de irmãos com o(a) filho(a) reconhecido(a);
4. possuo diferença de idade em, no mínimo, de 16 anos com o(a) filho(a) reconhecido(a);
5. tenho conhecimento que o(a) filho(a) reconhecido(a) passará a ter todos os direitos legais de filho, inclusive os direitos sucessórios, em igualdade com os filhos biológicos ou adotados, sem distinção;
6. tenho ciência de que o reconhecimento é irrevogável nos termos do art. 1.610 do vigente Código Civil.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente termo.

(Local), ____/____/____

Pessoa que reconhece o(a) filho(a)

Filho(a) maior de 12 anos ou mãe do(a) filho(a) menor, caso compareça simultaneamente para anuência (com qualificação no campo acima)

Oficial de Registro de Pessoas Naturais, com identificação e carimbo

DETALHAMENTO DA MATRÍCULA

MATRÍCULA	
PADRÃO	
DETALHAMENTO	
	CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA (IDENTIFICAÇÃO ÚNICA DO CARTÓRIO)
	CÓDIGO DO ACERVO, SENDO: 01 - ACERVO PRÓPRIO OUTROS - ACERVOS INCORPORADOS
	TIPO DE SERVIÇO PRESTADO, SENDO: 51: SERVIÇO DE NOTAS 52: SERVIÇO DE PROTESTO DE TÍTULOS 53: SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS 54: SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA 55: SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS 56: SERVIÇO DE REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS 57: REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO
	ANO DO REGISTRO
	TIPO DO LIVRO, SENDO: 1: LIVRO A (NASCIMENTO) 2: LIVRO B (CASAMENTO) 3: LIVRO B (REGISTRO DE CASAMENTO RELIGIOSO PARA FINS CIVIS) 4: LIVRO C (ÓBITO) 5: LIVRO C AUXILIAR (REGISTRO DE NATIMORTOS) 6: LIVRO D (REGISTRO DE PROCLAMAS) 7: LIVRO E (DEMAIS ATOS RELATIVOS AO REGISTRO CIVIL)
	NÚMERO DO LIVRO
	NÚMERO DA FOLHA
	NÚMERO DO TERMO
	DÍGITO VERIFICADOR